

Rito de Passagem

A volta do Congresso às suas atividades legislativas marca — para além da solenidade — uma etapa superior na vida política nacional que consubstanciará, no próximo dia 15, a transferência do poder ao candidato eleito.

Abre-se o primeiro ano legislativo da Nova República sob os auspícios da última mensagem do Governo que se encerra e da expectativa das novas responsabilidades que aguardam o novo Governo no grave momento nacional. Pediu o Presidente Figueiredo aos parlamentares “colaboração leal e desprendida” com o seu sucessor, para que se mantenham as “condições que lhe permitam preservar o clima de conciliação e de concórdia”. São válidas “eventuais divergências” e “diferenças de opinião, sem prejuízo do interesse público”.

Recapitulou a Mensagem Presidencial que a eleição do Sr Tancredo Neves foi o final de um processo que começou em março de 79, quando assumiu o poder com o compromisso expresso de “inaugurar uma sociedade mais aberta em todos os campos, mormente o político”. Assinalou os marcos dessa evolução, a partir da anistia ampla e de todos os seus efeitos, com a volta dos exilados e a restauração dos seus direitos políticos, com a eleição direta dos Governadores e a posse normal dos vencedores, até a sucessão presidencial que culminará na transmissão do poder dentro de poucos dias.

Pode não ser a liberdade — diz o Presidente Figueiredo — “remédio para todos os males”, mas sem ela reconhece que sempre será pior. E ainda citou o **flagelo inflacionário** que se abateu sobre a Nação, mas que seu Governo preferiu enfrentar sem o recurso a medidas heróicas, talvez mais eficazes mas por certo “insuportavelmente dolorosas” para a sociedade. Pediu também o reconhecimento pela “dis-

posição, jamais desmentida, de acatar a vontade da maioria, qualquer que fosse o veredito” do processo eleitoral que conduziu.

O saldo político do Governo Figueiredo impõe ao Congresso que dá a partida na Nova República maiores responsabilidades no prosseguimento da transformação nacional em regime democrático. Compete à representação política um novo padrão de comportamento parlamentar e moral, que o libertará em definitivo do condicionamento de dois decênios de autoritarismo.

A melhoria do desempenho legislativo não desobriga o Congresso eleito nas condições anteriores, sob as restrições de normas casuísticas, a superar-se para ficar à altura das responsabilidades democráticas que o esperam. Há uma tarefa prioritária de remoção do entulho normativo deixado pelo autoritarismo, com precedência política sobre as soluções institucionais que completarão o novo regime.

Ao mesmo tempo, no entanto, o Congresso terá que assistir o Executivo em sua evolução democrática, sem prejuízo do poder que lhe compete utilizar na recuperação econômica, no saneamento monetário, na acomodação social em torno dos objetivos comuns a todos os brasileiros. A carga de responsabilidade que o momento nacional deposita sobre o Congresso e o Executivo marca um período histórico que depende, em primeiro lugar, do mais alto senso que só a liberdade confere.

Disse, depois de eleito, o novo presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, que “só o poder controla o poder”: cabe ao Congresso exercer a fiscalização do cumprimento da Constituição e das leis. É o mínimo para que este país seja efetivamente uma democracia.